

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E AS MUDANÇAS NAS PAISAGENS NO SUL DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

THE EXPLORATION OF NATURAL RESOURCES AND CHANGES IN LANDSCAPE IN SOUTH BRAZIL BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Andréa Pagno Pegoraro¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações das paisagens no município de Vacaria, pertencente aos Campos de Cima da Serra, região localizada no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. O estudo possui a finalidade de abordar os impactos ambientais resultantes de processos de aproveitamentos e exploração de recursos naturais no período compreendido entre os séculos XIX e XX, buscando compreender de que modo o desenvolvimento de atividades econômicas através de recursos naturais pré-existent resultaram em sérios riscos a preservação ambiental. Entre as fontes de pesquisa utilizadas neste estudo estão as descrições e apontamentos encontrados nos Registros Paroquiais do município de Vacaria, de 1854, inventários *post-mortem*, autos de medições de propriedades, jornais da imprensa local, revistas de época, descrições memorialistas em publicações locais, entre outros. Essas documentações nos ajudam a interpretar o contexto paisagístico referentes aos limites naturais das divisas das propriedades, recursos hídricos e vegetais, formação e composição do solo, entre outros fatores. Através do cruzamento dessas fontes torna-se possível evidenciar as mudanças nos espaços ambientais, inserção de plantas e animais exóticos e a degradação das florestas a partir da exploração econômica da madeira, com destaque para a *Araucaria angustifolia*. O presente estudo tem como fundamentação teórica trabalhos de pesquisadores que desenvolveram importantes estudos na área ambiental como o professor Dr. Marcos Gerhardt (2009), o pesquisador Paulo Zarth (2009), a professora Dra. Eunice Sueli Nodari, Esther Mayara Zamboni Rossi, entre outros.

Palavras-chave: Paisagens; Transformações; Impactos ambientais; Campos de Cima da Serra.

ABSTRACT

This article aims to analyze the transformations of landscapes in the municipality of Vacaria, belonging to Campos de Cima da Serra, a region located in the northeast of the state of Rio

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestra em História pela mesma instituição (2016). Possui graduação em História (2012) e em Geografia (2021) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), além de graduação em Pedagogia (2020) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente, é professora de Geografia na rede municipal e estadual de ensino no município de Vacaria-RS.

*Grande do Sul. The study aims to address the environmental impacts resulting from processes of exploitation and exploitation of natural resources in the period between the 19th and 20th centuries, seeking to understand how the development of economic activities through pre-existing natural resources resulted in serious risks to environmental preservation. Among the research sources used in this study are descriptions and notes found in the Parish Records of the municipality of Vacaria, from 1854, post-mortem inventories, records of property measurements, newspapers from the local press, period magazines, memorial descriptions in local publications, between others. This documentation helps us interpret the landscape context regarding the natural limits of property boundaries, water and plant resources, soil formation and composition, among other factors. By crossing these sources it becomes possible to highlight the changes in environmental spaces, the insertion of exotic plants and animals and the degradation of forests due to the economic exploitation of wood, with emphasis on *Araucaria angustifolia*. The present study has as its theoretical foundation the work of researchers who developed important studies in the environmental area, such as professor Dr. Marcos Gerhardt (2009), researcher Paulo Zarth (2009), professor Dr. Eunice Sueli Nodari, Esther Mayara Zamboni Rossi, among others.*

Keywords: Landscapes; Transformations; Environmental impacts; Campos de Cima da Serra.

INTRODUÇÃO

As paisagens que hoje constituem os Campos de Cima da Serra, localizado no sul do Brasil, no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, passaram por diversos processos de transformações ao longo do tempo, sendo sua área de mata seriamente devastada pelo corte indiscriminado de vegetação nativa. Conforme Barbosa (1998), a paisagem é definida como um campo de visibilidade, nesse sentido, “a paisagem é referenciada, num primeiro momento, como uma realidade percebida empiricamente pela visão, e externa ao observador. Daí que entre os sinônimos mais utilizados encontramos: cena, panorama e imagem” (Shellard, 2013, p. 58).

Para Suertegaray e Fujimoto (2004, p. 27) “a paisagem é em grande parte associada à ideia de imagem e cabe descrevê-la, enquanto expressão de processos. Em outras perspectivas, paisagem não é apenas a forma, a configuração, é resultado de processos não visíveis, mas possíveis de serem inferidos”. Assim, em uma percepção mais abrangente, paisagem não se refere apenas a espaços que podem ser percebidos através do olhar, mas de um conjunto de informações que estão presentes em aspectos da memória, permeados pela subjetividade, podendo evocar pensamentos agradáveis ou não, recordar sons, cheiros, texturas, despertando sentimentos e sensações. Precisamos considerar ainda que, as diferentes interpretações das paisagens estão imersas em aspectos socioculturais. Para Barbosa (1998, p. 02) “a paisagem é produto como também suporte da cultura, porque é veículo de mitos, tradições, valores”. De modo que, as paisagens correspon-

dem a espaços ocupados por grupos humanos e, portanto, comportam as marcas e heranças das sociedades humanas.

Neste sentido, o presente artigo tem como finalidade analisar as transformações das paisagens do antigo território de Vacaria entre o final do século XIX e meados do século XX, a partir de uma perspectiva socioambiental. Sobre o estudo das transformações das paisagens através da História Ambiental Carlin (2019, p. 31), ressalta que “Estudar as transformações das paisagens a partir da História Ambiental, propicia uma dimensão dialógica e dialética do passado em relação ao cotidiano, problematizando e tencionando ideias que favoreceram as mudanças envolvendo homem e natureza”.

Por este viés, o estudo apresentado busca trazer apontamentos quanto aos modos de interação entre sociedade e natureza, aproveitamento dos recursos disponíveis e impactos ambientais decorrentes de ações humanas. Entre as fontes de pesquisa estão os Registros Paroquiais do município de Vacaria, de 1854. Nesse documento encontramos as descrições de limites das propriedades que nos mostram as demarcações através de divisas naturais, incluindo informações sobre qualidade do solo, áreas cultivadas e árvores frutíferas.

Os inventários *post-mortem*, constituem outra fonte importante para a pesquisa, fornecendo informações sobre o modo de ocupação das terras, composição da paisagem, presença de animais, recurso hídricos, acidentes geográficos, abrangência de áreas de campos e matos. Neles encontramos descrições de bens naturais, materiais, móveis e semoventes presentes nas fazendas. As medições de propriedade constituem outra fonte de relevância considerável, pois nos permitem identificar elementos naturais e compreender como estes eram apropriados pelo ser humano em suas atividades econômicas.

1 CAMPOS DE CIMA DA SERRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

A região denominada de Campos de Cima da Serra, localiza-se no extremo nordeste do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina “Os municípios presentes nesta fitofisionomia são: Vacaria, Bom Jesus. São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Lagoa Vermelha e outros, abrangendo uma área de 21.033 km² (Rossi; Nodari, 2012, p. 118). De acordo com Bond-Buckup (2008), entre 42 e 10 mil anos atrás, a região dos Campos de Cima da Serra apresentava um clima frio e seco, havendo a predominância de campos e, até então as formações florestais eram escas-

sas, parecendo ilhas no fundo dos vales. “Há cerca de 4 mil anos, quando o clima começou a tornar-se mais úmido, iniciou-se um processo gradual de expansão das Matas com Araucárias, a Floresta Ombrófila Mista, que persiste até hoje” (Bond-Buckup, 2008, p. 23). Segundo a pesquisadora Eunice Nodari (2018, p. 12):

Entre as formações vegetais mais ameaçadas do bioma Mata Atlântica está aquela atualmente conhecida como Floresta Ombrófila Mista (FOM), ou simplesmente Floresta com Araucárias. Ao longo do tempo, ela recebeu várias outras denominações, como Mata de Araucária, Mata de Pinhais, Mata Preta ou Floresta com Araucárias [...], sua espécie arbórea, também é chamada de pinheiro-brasileiro e pinheiro-do-paraná. Originalmente, a FOM ocupava em torno de 200.000 Km², distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

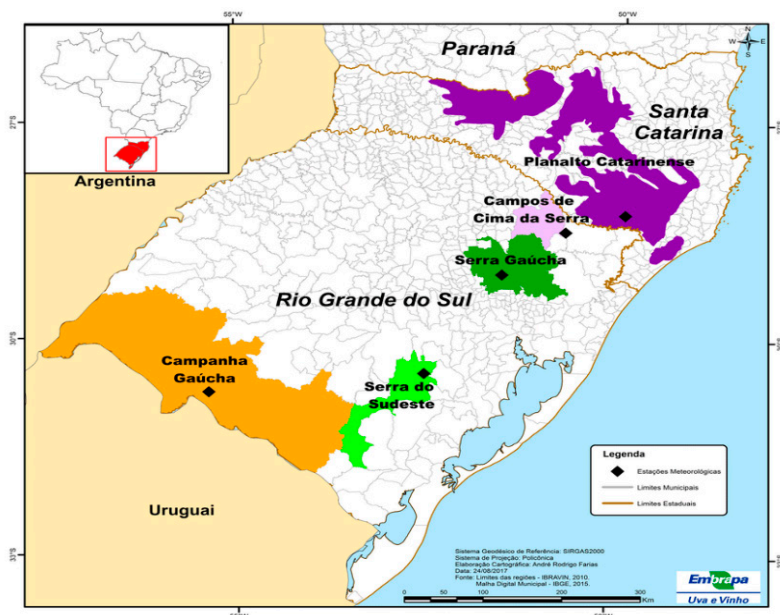
As formações de matas de araucárias, conforme exposto por Nodari (2018), vem sendo constantemente ameaçadas pelas interferências humanas na natureza, principalmente através do corte indiscriminado, mesmo diante de medidas punitivas para sua extração irregular. A exploração e comercialização da Araucária em Vacaria se inicia no final do século XIX e tem seu auge no início do século XX, sendo a indústria madeireira uma das principais atividades econômicas desenvolvida neste período.

Behling (2009, p.14), destaca que “a floresta com Araucária é encontrada nas regiões mais elevadas, entre as latitudes 24° e 30°S, principalmente ente 1000 e 1400 metros de altitude”. O Viajante Carl Axel Magnus Lindman que visitou o Rio Grande do Sul no final do século XIX, observou a presença de araucárias, segundo ele “A *Araucária brasiliana* tem os galhos horizontais e a copa achatada. Do lado de fora vê-se a beira da mata estender-se tanto ao norte como ao sul até onde a vista alcança. Para leste e para o norte continuam os pinhais até o Passo Fundo e Vacaria” (Lindman, 1974, p. 220).

De acordo com Fontana; Repenning, Rovedder (2009, p. 161) “A região dos Campos de Cima da Serra apresenta uma complexa fisionomia natural, contemplando matas com araucária, campos com formações florísticas diversas e banhados”. Os autores destacam ainda a variedade de aves que habitam a região, ressaltando a importância da preservação dos espaços ambientais para garantir a sobrevivência das espécies. Entre as aves que vivem nos bosques de araucárias, os autores citam a presença do papagaio-charão e o papagaio-de-peito-roxo, que dependem diretamente da semente da araucária (pinhão) para se alimentar durante o inverno. Os

pesquisadores ressaltam ainda que o papagaio charão apresenta grande parte de sua população restrita ao Rio Grande do Sul e ao sudeste de Santa Catarina. O mapa a seguir indica a localização dos Campos de Cima da Serra no sul do Brasil.

Figura 1: Localização dos Campos de Cima da Serra



Fonte: ALVES, Maria Emília Borges; TONIETTO, Jorge, 2017.

De acordo com Behling (2009), os ecossistemas atuais de campo natural na região sul do Brasil incluem os campos subtropicais e os campos de altitude, sendo os campos de altitude encontrados na região do Planalto Sul-Brasileiro, com especial predominância entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde também são chamados de Campos de Cima da Serra. Segundo Bond-Buckup (2008, p. 13) a denominação Campos de Cima Serra foi “escolhida para o espaço geográfico inserido no Planalto das Araucárias que se localiza nas áreas elevadas próximas ao limite dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina”. Lindman (1974, p. 07-08) registrou as seguintes impressões sobre sua passagem pelo planalto rio-grandense:

A parte norte, que denominei planalto, é também parecida com os estados vizinhos ao norte, por ser em sua maior extensão ocupada por matas, que às vezes se estendem sobre áreas cuja travessia demandam dias de viagem. Não são,

porém, contínuas porque são interrompidas por pastagens sem árvores, igualmente extensas e denominadas “campos”.

Podemos observar, segundo Lindman (1974), os contrastes naturais entre campos e matas que até então se mostravam exuberantes, com sua vegetação originária. Segundo Bound-Buckup (2008), na classificação da geomorfologia, as terras altas do estado são denominadas de Planalto Meridional, por ser ele o resultado de um derrame de lavas. Conforme a autora, embora seja chamado de Serra, a borda do planalto é uma escarpa, trabalhada e recortada pela erosão. De acordo com Suertegaray; e Fujimoto (2004, p. 32) “A subunidade de Paisagem Campos de Cima da Serra, corresponde as áreas do topo do Planalto Basáltico, com altitude em torno de 1000 metros e relevo em forma de colinas com cobertura predominantemente de campo”, tendo o solo se originado de rochas vulcânicas. Já as paisagens florestais correspondem, de acordo com as pesquisadoras, em sua maioria a coberturas que caracterizam escarpas erosivas correspondentes as Florestas de Mata Atlântica e das Florestas Subtropicais, estando presentes em topos de maior altitude. Para o geógrafo Ab’ Saber (2021, p. 101):

A composição dessa paisagem de planaltos subtropicais, dominados por Araucárias e eventuais campos de altitude, não foi simples. Os estudos paleoclimáticos disponíveis apontam para um quadro anterior, onde predominavam estepes geradas em condições muito secas e bem mais frias. Um cenário que envolvia solos sub-rochosos e eventualmente pedregosos nos planaltos interiores, com ausência de bosques subtropicais e reduzida presença de Araucárias.

Como apontado por Ab’Saber, a formação das florestas de Araucárias aconteceu cronologicamente em um espaço de tempo posterior a presença de campos, de modo que seu desenvolvimento foi condicionado por mudanças ambientais. Sobre a ocupação do Planalto, Behling (2009, p.22) considera que “o evidente aumento na frequência de fogo em diferentes espaços temporais, sugere que a ocupação humana na região do Planalto foi mais tardia”. O fogo, segundo o autor era facilitado pela presença de gramíneas, que por possuírem um crescimento mais elevado teriam conduzido à acumulação de grandes quantidades de biomassa com potencial altamente inflamável. Behling (2009) salienta ainda, que a grande quantidade de poáceas e o decréscimo de alguns táxons campestres indicam que a frequência de fogo também poderia ter sido um fator que impulsionou na mudança da composição florística dos campos. Na imagem a seguir podemos observar uma área ainda preservada de vegetação no município de Vacaria.

Figura 2: Vegetação nos Campos de Cima da Serra



Fonte: Acervo da autora

A foto nos mostra uma paisagem com predominância de árvores nativas e em torno os campos com vegetações características deste espaço ambiental, que se integra ao bioma Mata Atlântica, presente em 17 estados brasileiros, estendendo-se até o Paraguai e Argentina. O bioma apresenta uma variedade de formações, entre as quais a Floresta Ombrófila Densa, Ombrófila Mista com a Mata de Araucárias, Estacional Semidecidual e Estacional Decidual (Bond-Buckup, 2008).

De acordo com Behling (2009), estudos palinológico realizados através de turfeiras mostraram que a expansão da Floresta com Araucária sobre áreas de vegetação campestre iniciou no planalto em torno de 3.210 anos cal AP, (indicativo referente a idade em anos radiocarbono calibrado antes do presente), a partir da migração de matas de galeria a longo de rios. Os fatores considerados, indicam que as condições climáticas eram mais úmidas, não havendo uma estação marcadamente seca. Com relação aos campos, Behling (2009, p.15) explica que “são diferenciados em *campo limpo*, onde prevalecem gramíneas (Poaceae) e ciperáceas, assim como muitas espécies herbáceas [...] e *campo sujo*, onde além das gramíneas e herbáceas baixas ocorrem arbustos”.

De acordo com Dean (2021, p. 26-27) “Nas áreas montanhosas ao sul, a Mata Atlântica adquire um caráter inteiramente diferente. A primitiva e conífera Araucária angustifolia domina uma formação de floresta aberta em uma região onde a geada é frequente”. Dean (2021) salienta que alguns estudiosos classificam as matas de Araucárias como florestas sucessórias pelo fato dessa espécie invadir os campos gramados e não conseguir rege-

nerar-se no local, sendo destinadas a serem substituídas por latifoliadas perenes, não fosse a intervenção humana. O pesquisador Marcos Gerhardt (2009, p. 48), ressalta que:

A diferenciação entre campo e floresta estava, em parte, vinculada ao tipo de solo predominante: geralmente as terras de matos eram mais escuras, avermelhadas, enquanto o campo tinha solo mais arenoso e claro. A formação e manutenção da floresta, contudo, dependiam também de muitas outras condições além do solo, ou seja, a temperatura, a presença ou não do gado e de outras populações e principalmente a profundidade e a umidade do solo.

Conforme o autor, o tipo de solo pode ajudar a explicar os motivos pelos quais as florestas se expandiram em determinadas áreas e os campos predominaram em outras. Desse modo, segundo Gerhardt (2009), os solos escuros favorecem o desenvolvimento de vegetação florestal, por outro lado, nos campos a presença de solos arenosos indica que esse tipo de vegetação pode se adaptar melhor diante desses terrenos. O pesquisador ressalta ainda que, é interessante observar que a própria natureza, apresenta adaptações para garantir as condições necessária para sua sobrevivência. Em áreas de florestas os solos escuros apontam a qualidade de húmus proveniente da própria decomposição natural dos galhos que ao cair das árvores e se decompor retornam ao solo, participando do processo de criação de nutrientes necessários a adubação.

Segundo Behling (2009), a pecuária extensiva afeta diretamente a vegetação através da ação do pisoteio e remoção de biomassa. Esse fator resulta no controle do avanço de espécies florestais por impossibilitar que a vegetação mais jovem possa rebrotar, além de afetar a intensidade e frequência do fogo provocada pela acumulação de biomassa inflamável. Porém, os estudos indicam que a pecuária praticada pelos colonos fazendeiros provocaram um efeito mínimo quando comparado ao gado selvagem (Behling, 2009).

Conforme assinalado pelo autor, a presença do gado selvagem pode ter provocado efeitos sobre a vegetação, modificando os avanços naturais da floresta sobre as áreas de campos, o que favoreceu a permanência de áreas de vegetação rasteira em detrimento da ampliação das florestas. De acordo com Behling (2009, p.20), o espaço compreendido pela Floresta com Araucária “foi muito pequena ou inexistente no período entre 590 até 540 anos cal AP (1360 até 1410 Anno Domini (AD)). Como o fogo era muito frequente nessa época, possivelmente não permitia a formação florestal, apesar das

condições climáticas bem úmidas”.

Behling (2009) considera que a expansão da floresta tenha ocorrido entre 540 até 450 anos cal AP (1410 até 1500 AD), “principalmente através de espécies pioneiras do gênero *Myrsine*, assim como *Ilex*, *melastomáceas* e algumas *myrtáceas*. Esse fato esteve aparentemente ligado a diminuição da frequência de fogo, deduzida a partir das partículas carbonizadas encontradas no perfil” (Behling, 2009, p.20). Já em torno de 450 até 370 anos cal AP (1500 até 1580 AD), a área coberta pelo campo teria sofrido uma ampliação em seu território, enquanto a de Floresta com Araucária parou de expandir, chegando a diminuir em tamanho (Behling, 2009).

A separação entre campos e florestas indicam limites onde podemos perceber os espaços de fronteiras. Na região dos Campos de Cima da Serra, as áreas de campos podem ser evidenciadas como espaços que foram ocupados inicialmente através de criações de rebanhos e composição de fazendas pecuaristas que surgiram juntamente com o ciclo do tropeirismo. No entanto, as florestas são lugares em que o gado não adentra e onde as atividades econômicas se relacionam ao extrativismo e, abertura de espaços para a agricultura devido a qualidade do solo. Nesse sentido, os espaços entre campos e matas possuíam suas particularidades constituindo uma espécie de fronteira, onde as separações eram evidentes devido às limitações que ultrapassá-las poderia representar.

Conforme Gerhardt (2009, p. 50), “a fronteira é um lugar onde não se pode avançar, pois adiante não há mais condições para prosseguir, pelo menos naquele momento”. Segundo o pesquisador, “entender a natureza como uma fronteira também é possível na definição de alguns limites administrativos do município, algumas divisas, que coincidiam com a orla de mato, ou seja, a floresta era utilizada como referência para fixar os limites” (Gerhardt, 2009, p. 52). Nesse sentido, as divisas naturais facilitavam a demarcação, principalmente antes da aplicação da Lei de Terras de 1850.

Em 1854 passaram a ser realizados em Vacaria, os registros paroquiais de terras. Através do documento original que se encontra atualmente no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, podemos evidenciar a constituição das divisas das propriedades, assim como analisar as características das paisagens. O registro realizado no dia 28 de outubro de 1854, por Evaristo Telles de Souza, por exemplo, aponta que a demarcação de suas terras correspondia às divisas do arroio Santa Rita e Turvo, conforme podemos observar na descrição:

Todos os campos são divididos naturalmente pelo arroio denominado Santa Rita e Turvo, cuja junção de águas fazem

fundo e parte do boqueirão do Capão dos Porcos e, possui o mesmo 4 partes de campos formando este rincão que comprou dos herdeiros de Francisco Telles de Souza por falecimento de sua mãe (Registro Paroquial de Terras, 1854).

O referido proprietário possuía ainda terras de cultura no lugar identificado como Serra do Mato Potiguar, no entanto, segundo o documento, as terras não eram habitadas por estarem em local ocupado por indígenas. Nesse sentido, conforme destacado por Gerhardt (2009, p. 65) “a natureza constitui-se uma fronteira também no sentido de identificar e diferenciar o espaço civilizado e o selvagem, o produtivo e o intocado”. O indígena nesse caso era visto como selvagem, incivilizado, que habita o espaço da floresta e provoca situações de medo e preocupação por sua presença. José Joaquim Ferreira, um dos maiores proprietários de terras da região durante o século XIX, realizou o registro de sua fazenda em 22 de setembro de 1854, constando no documento, ser senhor e possuidor de uma estância no distrito denominado de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria:

[...] no lugar denominado Socorro, cuja estância é composta de várias partes de campos que por diversas vezes ei comprado a seus possuidores, como consta das competentes escrituras que se acham em meu poder. Esta estância ainda não foi medida, nem demarcada e, sua extensão será de duas sesmarias e meia mais ou menos (Registro Paroquial de Terras, 1854).

O fazendeiro afirma ter pago as sizas correspondentes a todos os campos que comprou, tendo sido a primeira realizada em 1845 a Manoel Rodrigues Lisboa, como procurador de seu pai, a segunda em 1847 a Mancio Ivo da Fonseca, a terceira em 1847 a Maria Gabriela de Andrade, a quarta também em 1847 a Jaú Lourenço de Lima e, a quinta em 1851 a Antônio Pereira Borges. Entre as maiores fazendas pecuaristas do final do século XIX estava também a fazenda Estrela, propriedade então pertencente a Fidélis José Ramos.

O inventário *post-mortem* de Fidélis José Ramos (1894) aponta que havia na fazenda naquele momento mil reses que foram avaliadas a 10 mil réis cada uma e todas por 10 contos de réis; 80 éguas, avaliadas por 6 mil réis cada uma e todas por 480 mil réis; 5 mulas mansas, consideradas como regulares, no valor de 30 mil réis cada uma e todas por 150 mil réis. O monte mor perfez a quantia de 201.445.000 réis, sendo o campo da fazenda avaliado por 170 contos de réis. Configurando uma exceção quanto às demais fazendas da região no mesmo período, a fazenda possuía casa construída

de pedra, além de uma estrutura que destoava consideravelmente das demais estâncias vizinhas. Conforme a descrição de inventário os bens imóveis avaliados foram:

Um sobrado de pedra por 10 contos de réis; Uma casinha contígua, coberta de telha, por 1.300.000 réis; Um muro do pátio do centro, por 100 mil réis; Um galpão tapado por 500 mil réis; Um dito para vacas por 300 mil réis; Um dito para carros por 90 mil réis; Um dito para porcos por 60 mil réis; Um dito para forno por 40 mil réis; Um forno de Olaria por 100 mil réis; Um dito para pão por 30 mil réis; Uma estrebaria por 200 mil réis; Uma casa de madeira para peões, por 300 mil réis; Cercas de pedra no dito estabelecimento por 600 mil réis; Cercas de madeira por 500 mil réis; Cercas de pedra de campo e potreiro por 6 contos de réis; Um rancho por 200 mil réis; Um paiol de madeira sobre o Pelotas por 100 mil réis; Um dito sobre o morro por 50 mil réis (Inventário Fidélis José Ramos, 1894).

A presença de um sobrado de pedra mostra que a propriedade seguia outros padrões quando comparado às demais fazendas da região, nas quais as casas ainda eram em sua maioria construídas com madeira. Outro destaque é a presença de porcos, por não ser a sua criação uma prática usual entre os fazendeiros da região durante o período. Outros elementos da fazenda também merecem destaque, como a estrebaria, que embora usualmente utilizada em atividades pecuaristas não recebe menção em outros inventários do período. O paiol de madeira sobre o Pelotas indica a presença de terrenos de agricultura, mostrando a importância do rio para a produção de alimentos agrícolas.

Em 21 de outubro de 1854, foram registradas as propriedades pertencentes a família Velho, sendo estas as fazendas denominadas Extrema e São João, propriedade de Ignácio Manoel Velho e seus irmãos Joaquim José Velho e José Joaquim Velho. As terras medidas e demarcadas perfaziam a extensão de 12 léguas quadradas. Ignácio Manoel Velho, como tutor de sua mãe, realizou também o registro das terras da fazenda dos Ausentes, que medidas e demarcadas totalizavam a extensão de três sesmarias. O irmão de Ignácio, Antônio Manoel Velho, registrou as terras havidas por herança de seu falecido pai no lugar denominado Chácara e em seguida sua herança paterna no lugar denominado Silveira, abrangendo a extensão de duas sesmarias (Ação de medição, 1907). Esses registros nos mostram que a maioria das terras se encontrava em poder de uma elite fazendeira, sendo destinadas prioritariamente as atividades pecuaristas, enquanto os pequenos pro-

prietários ocupavam áreas menores, próximas a regiões florestais em que possuíam lavouras.

A origem do município e a formação do espaço regional de nossa área de estudos, nos remete ao ciclo do tropeirismo e a outorga das chamadas Cartas de Sesmarias, sendo uma das primeiras entregue a José de Campos Bandemburgo no ano de 1770, o qual estabeleceu-se na fazenda a qual denominou Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em 1872 a fazenda pertencia a José Joaquim de Ferreira, havendo na propriedade, de acordo com o inventário *post-mortem*², escrito pelo falecimento de Ferreira “mil quinhentos e oitenta e cinco reses, vinte e um bois, duzentos e onze novilhas, cento e doze cavalos, dois potros, cinquenta bestas, vinte éguas xucras, dezoito burros e cinquenta ovelhas”.

Ao findar do inventário no ano de 1880, decorridos 7 anos do início da abertura do processo, Luiz Jacinto Ferreira, um dos sobrinhos de José Joaquim Ferreira tornou-se o novo proprietário dos campos do Socorro. No inventário *post-mortem* de sua esposa, Otília Gaertner Ferreira, que faleceu em 1885³ evidenciamos que havia na fazenda durante esse período um rebanho de 710 bovinos, 237 animais cavalares, 41 muares e a família ainda contava com o serviço de ex-escravos, que constam terem sido alforriados no dia 07 de setembro de 1884 com a condição de prestarem serviços a fazenda por 5 anos a contar daquela data.

A fazenda do Socorro atualmente tombada como patrimônio histórico ainda funciona como sede da propriedade. A partir de 1929, Lourdes de Noronha⁴, filha do falecido proprietário da fazenda, Marcos Flores Noronha, passa a administrar a propriedade transformando sua arquitetura a partir dos padrões de requintes europeus da época. Quando o inventário de Marcos Flores Noronha foi aberto sua filha Maria de Lourdes Jacques Noronha tinha 19 anos de idade, sendo ainda solteira, assim como seu irmão Abelard Jacques Noronha, com 18 anos de idade.

A fazenda do Socorro, conforme informações expressas em inventário teria sido medida e demarcada em conformidade com a Lei Torrens, no mês de outubro de 1892, pelo engenheiro Jorge Bach, possuindo uma área

2 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inventário de José Joaquim Ferreira, 1872. Autos nº 90.

3 APERS. Inventário de Luiz Jacintho Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1885. Autos nº 540.

4 PINTO, Lourdes de Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grafic Offser, 1989.

PINTO, Lourdes Noronha de. **Europa nos anos dourados: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50**. Porto Alegre: Grafic Offser, 1990.

de campo referente a 97 milhões 880 mil metros quadrados e 36 milhões 500 mil metros quadrados em área de serra, fechada em roda com taipas, trechos de arame e tapumes naturais, arroios, banhados e no fundo o rio Pelotas⁵. A imagem a seguir mostra a sede atual da fazenda.

Figura: 3 Sede atual da Fazenda do Socorro



Fonte: Acervo da autora.

Atualmente a sede conserva suas características originais, no entanto, a produção de gado deixou de ser a principal atividade econômica, cedendo espaços para a produção agrícola. Sobre a presença de grandes fazendas pecuaristas no sul do Brasil, Ausdal (2013, p. 76), ressalta que a pecuária se tornou um dos principais impulsionadores das alterações na paisagem durante o século XIX em que:

A ampliação dos mercados para produtos pecuários, coincidiu com a colonização de novas fronteiras, onde a criação de bovinos, ovinos, suínos, cavalos e mulas passou muitas vezes a dominar as relações econômicas. Neste processo de expansão territorial e através da modernização da pecuária, ainda que lenta e desigual, a criação de gado começou a alterar radicalmente o meio ambiente da América Latina.

5 Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4ºForo Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

O autor salienta também que a inserção do gado europeu colaborou para alteração das pastagens forrageiras através do pastoreio seletivo ou até do sobrepastoreio, o que em alguns casos pode ter causado inclusive uma diminuição da sua capacidade produtiva. A formação de novos pastos nas margens das florestas, segundo o autor, teria sido impulsionada pelos pecuaristas e agricultores com a utilização do fogo e das rotações extensivas da agricultura, da roça e queima. Segundo o pesquisador, até 1850 o gado na América Latina era formado principalmente por raças Ibéricas adaptadas as condições locais, sendo que posteriormente novas raças foram introduzidas com o intuito de aumentar a produção.

Nas pequenas propriedades, as terras eram utilizadas para produção de alimentos e criação de rebanhos menores. Por outro lado, as grandes estâncias pecuaristas formavam vastos conjuntos de terras, por vezes, sem o devido aproveitamento do espaço e recursos disponíveis. José Luiz Teixeira, em seu registro declarou ser “senhor e possuidor de uma estância”, no lugar denominado Turvo, chegando esta a extensão de uma sesmaria “mais ou menos”. Nas narrativas podemos evidenciar os aspectos naturais das paisagens, juntamente com as instalações das fazendas:

Principiando de um boqueirão que divide com José Nunes da Silva, segue deste Boqueirão por um arroio abaixo que vai desaguar em outro arroio e por este acima até a barra de um arroio que divide o potreiro de Nossa Senhora e pelo rumo acima até o boqueirão de um valo que divide com Pedro Barbosa e deste valo nasce um arroio e por ele abaixo segue a divisa até desaguar no rio denominado Turvo e por este abaixo até a Serra Geral e da dita Serra Geral por um arroio acima dividindo com Claudio de Souza Dias até um boqueirão de uma cerca de um Potreiro, pertencente a mesma estância e do mesmo Potreiro segue por uma restinga abaixo dividindo com José Nunes da Silva até a ponta de uma capoeira em frente ao boqueirão no princípio declarado (Registro Paroquial de Terras, 1854).

Na ação de medição, demarcação e divisão da fazenda São João, localizada próximo a Serra do Pelotas, realizada no ano de 1899, encontramos uma descrição mais direta da vegetação existente no local. De acordo com os apontamentos presentes do documento “a pastagem é de boa qualidade, os numerosos capões e restingas existentes são de pinheiro e madeira de lei”. No item indústria foi descrito que “a indústria é pastoril, sendo o serviço feito pelos próprios donos que são brasileiros natos”.

O memorial da mesma fazenda, datado de 1900, aponta que os ma-

tos da fazenda confrontavam ao norte com o Rio Pelotas, ao sul com os campos da mesma fazenda, ao leste com o arroio da Laranjeira, ao leste com os matos de João Júlio de Oliveira e ao oeste com a fazenda do Capão Alto, pertencente a Clemente Guimarães. A área superficial dos matos perfazia, conforme este documento 24 milhões 150 mil metros quadrados. Na sequência aparecem os registros referentes as características geográficas, composição geológica, volume de água e vegetação:

Conformação geográfica: superfície de matos e montanhas, tendo caídas fortes sobre o rio Pelotas; Composição geológica: o terreno é uma decomposição gramítica basáltica. A superfície é coberta de uma camada de húmus de 40 centímetros de grossura mais ou menos; Volume de água: o rio Pelotas tem um volume de água de 16.000 litros por segundo. O arroio do Leão de 500 litros por segundo. O arroio da Laranjeira de 400 litros por segundo; Vegetação: nas matas acham-se muitas madeiras de lei. O solo produz milho, feijão e sobre o rio Pelotas cana e fumo (Memorial, 1900).

Diferentemente da descrição do documento de medição da referida fazenda, em que temos a indicação de uma indústria pastoril, no memorial considera-se a atividade agrícola como predominante: “A indústria é agrícola, vende o serviço feito pelos próprios donos que são brasileiros natos”. Também são apontadas as vias de comunicação, que segundo consta: “nos matos acham-se somente caminhos entre as várias roças”. Entre as benfeitorias haviam apenas “um paiol do Eduardo Borges, por 300 mil réis; um paiol de Cirilo Borges de Almeida, por 400 mil réis e; um paiol de dona Gertrudes Borges no valor de 200 mil réis”.

A medição da fazenda Paschoal, do ano de 1907, já adentrando o início do século XX também nos traz informações significativas quanto a formação vegetal e o território da localidade. A fazenda situada no terceiro distrito de Vacaria, foi avaliada por 24 contos de réis. A área superficial das terras medidas fez o total de 16.480.000 metros quadrados, 16 milhões 480 mil e 80 metros quadrados. O documento apresenta ainda dados sobre a constituição geográfica:

A superfície do terreno é um canto acidentado com coxilhas elevadas, em geral rodeadas de alguns banhados. Pelo sul apresenta caídas fortes, limitadas pelo rio dos Touros, e deste, do mesmo modo pelo Barracão. As altitudes observadas com metro altimétrico, eram de 840 a 1000 metros sobre o nível do mar. É um dos pontos mais altos deste Estado (Ação de medição, 1907).

Na descrição da formação geológica encontramos a informação de que o terreno era de origem primitiva, fósseis com rochas cristalinas de formação antiga, com a presença de minérios de ferro, não havendo “sinais de calcário do período de transição”. Quanto a presença de recursos hídricos destaca-se as numerosas quedas d’água existentes no rio que poderiam ser utilizadas como fontes de energia. Os avaliadores consideram as terras pobres em matos, havendo nelas apenas alguns capões isolados e pequenas restingas nas margens do rio dos Touros, sendo inclusive, impróprias para a lavoura por serem fracas e sem húmus.

Com relação a prática da agricultura, o avaliador acrescenta que, sendo a temperatura nas margens quentes entre 12 a 30 graus no máximo, só poderiam as terras serem aproveitadas para as plantações dos climas frios, citando o trigo, caso este plantio fosse considerado conveniente. Com relação a indústria, descreve que “Devido à falta de transporte pode-se dizer que a única indústria existente é a de criação de gado *vacum*. A criação de ovelhas, quase que só é para os gastos de casa devido aos inúmeros inimigos que tem estes animais aqui”. A indústria de laticínios, ainda que considerada como atrasada e rotineira, foi descrita como em desenvolvimento.

Entre final do século XIX e meados do século XX, passa a ocorrer o processo de fragmentação das propriedades, através dos processos de partilhas de heranças e vendas, impulsionadas pela valorização das terras, após a Lei de Terras de 1850. No entanto, algumas famílias conseguiram manter seus patrimônios preservados, adquirindo novas terras e expandindo seus domínios. Observa-se a manutenção das atividades pecuarista com grande destaque até meados de 1940, quando a agricultura passa a ser impulsionada na região, juntamente com o ciclo de extração de madeira. Impulsionadas pelo viés econômico as paisagens sofrem profundas alterações, que quando analisadas nos ajudam a compreender as relações humanas com a natureza. No próximo capítulo trataremos novas discussões acerca das transformações das paisagens, refletindo acerca da exploração de recursos naturais, técnicas de reflorestamento com espécies exóticas e os consequentes impactos ambientais.

2 A EXPLORAÇÃO FLORESTAL, A INSERÇÃO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OS PREJUÍZOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE

As primeiras serrarias começam a se instalar em Vacaria a partir da chegada dos imigrantes italianos. Estes, conhecedores das técnicas de derrubada e aproveitamento da madeira, logo encontraram na extração da araucária um investimento lucrativo, reconhecendo a qualidade da madeira e suas vantagens para fabricação de artefatos e construções de imóveis. De

acordo com Giron (2012, p. 59):

Quando, em 11 de fevereiro de 1899, o município de Antônio Prado foi desmembrado de Vacaria, o número de italianos que chega àquele município aumenta. Os primeiros imigrantes a adquirirem terras de Libório Rodrigues foram João Pellin, Francisco Marcantônio e Antônio Zanotto que, após diversos anos, formaram uma sociedade instalando uma das primeiras serrarias do município. Na mesma época os irmãos Nodari também investem em uma serraria. As matas exerciam uma atração irresistível sobre os donos de serrarias, que seguiam avante destruindo-as. As colônias eram vendidas por agentes de seu proprietário, o coronel Libório Rodrigues.

Conforme destacado pela autora, os imigrantes italianos que haviam organizado madeireiras em localidades próximas, evidenciando a diminuição de áreas de exploração nas florestas em que haviam iniciado sua atividade, passaram a instalar serrarias em Vacaria. Rossi, Moretto e Nodari (2012, p. 04) evidenciam que “além da retirada para a produção agrícola, a extração principalmente da Araucária tornou-se importante fonte de renda, tão importante a ponto de ser considerada um *Commodity*”. Sobre a utilização da madeira relatos memorialistas referem a fabricação de aduelas para barris, os quais serviam para armazenamento de vinho e vinagre, além de móveis, caixões, sendo principalmente empregada na construção de casas (Damiani; Damiani, 2012).

No inventário de Luiz Jacintho Ferreira (1896), entre os móveis e utensílios existentes na herança, foram listadas 10 dúzias de tábuas de pinho, avaliadas a 6 mil réis cada uma e todas pelo valor de 60 mil réis. Do mesmo modo, no testamento deixado por Ana Joaquina Dutra (1877), que foi proprietária da fazenda chamada de Quilombo, figuram na herança 15 tábuas de pinho, que foram avaliadas a 1 mil réis cada uma, perfazendo todas o total de 15 mil réis. Consta na avaliação também um machado no valor de 1 mil e 500 réis. O registro mostra que embora a retirada de árvores para fabricação de objetos e moradias fosse comum, a madeira de pinho no final do século XIX já havia adquirido um valor comercial.

De acordo com a pesquisadora Esther Mayara Zamboni Rossi (2015), “a Floresta com Araucárias e os Campos, que no início do século XIX eram extremamente presentes, sofreram com as alterações causadas pela indústria madeireira e o agronegócio” (Rossi, 2015, p. 63). Rossi (2015), também salienta que o desmatamento mais intenso da Floresta de Araucária começou a ocorrer no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, que

passaram a explorar a indústria madeireira. Em meados da metade do século XX, com esgotamento das reservas de árvores nativas, começam a surgir as propostas de reflorestamento, em sua maioria, baseadas em espécies exóticas, entre as quais o *Pinus*, que teve seu cultivo muito incentivado, com promessas de resultados rápidos e vantajosos. A imagem a seguir apresenta uma área de reflorestamento com araucárias.

Figura 4: Horto Florestal em Vacaria 1959 (Pinheiros de 2 e 3 anos)



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Embora a presença de araucárias em sistemas de reflorestamento possam ser importante mecanismo para a manutenção da espécie, infelizmente as razões que impulsionavam os cultivos eram de viés econômicos e ligados diretamente com a indústria madeireira. De acordo com reportagens publicadas pela imprensa local, a exploração de árvores exóticas não era considerada suficiente para garantir o funcionamento das madeireiras. Diante da precariedade com que operava o setor, a alternativa pretendida para restabelecer o equilíbrio seria decorrente de mudanças na legislação e liberação para retirada de árvores nativas, especialmente a *Araucária angustifolia*.

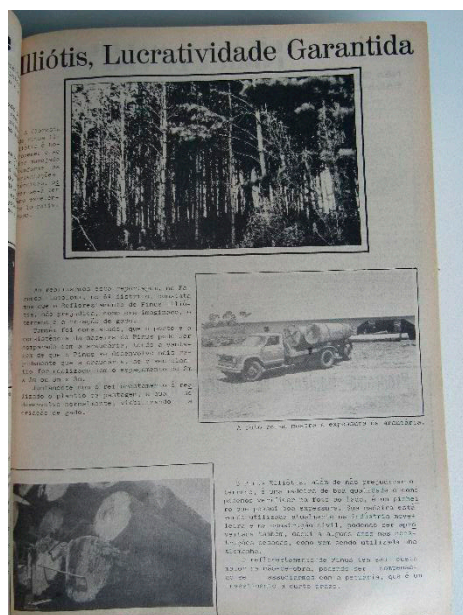
Observa-se em diversas narrativas a insistência na retomada da exploração da araucária, sendo esta a principal espécie almejada pelos madeireiros para tornar o seu investimento lucrativo. A reportagem publicada pelo jornal *Correio Vacariense* no ano de 1991 com relação as novas iniciativas madeireiras na região, traz o seguinte depoimento “Nós precisamos reflorestar o estado, mas para que isso seja possível é necessário e é muito

importante que possamos cortar, possamos trabalhar, pois aqueles que não podem cortar e trabalhar, não tem interesse em plantar” (Correio Vacariense 24 de jul. de 1991).

A narrativa mostra que o sentido de preservação e replantio esteve diretamente associado a necessidade de possuir novos recursos a serem explorados. Embora o depoimento tenha partido de membros da indústria madeireira, as falas eram recorrentes entre os debates abordados pelo setor administrativo e enfatizado pela mídia local. Nesse sentido, “A transformação ocasionada pelo desmatamento é difícil de quantificar, já que não podemos medir ao certo qual a área original da Floresta de Araucária” (Rossi; Nodari, 2012, p. 13).

O Jornal Correio Vacariense, de 1889 traz uma reportagem buscando esclarecer as dúvidas e receios da população quanto ao plantio do Pinus com o título “Elliottii, Lucratividade Garantida”. De acordo com o texto, as conclusões sobre o plantio de Pinus seria de que este “não prejudica, como era imaginado o terreno e a criação de gado”, além disso, o porte e a consistência da madeira poderiam ser comparados a araucária, com a vantagem de que o Pinus se desenvolveria muito mais rápido. O texto apresenta ainda as possibilidades de criação de gado nas áreas de plantio de Pinus. A imagem abaixo a seguir ilustra a publicação do Jornal Correio Vacariense.

Figura 5: Elliottii, Lucratividade Garantida



Fonte: Correio Vacariense (1889)

A reportagem nos mostra que, a falta de conhecimentos sobre os prejuízos ambientais causados à biodiversidade a partir do cultivo de espécies exóticas, aliado a promessas de lucratividade favoreceram a propagação da espécie. Em seu artigo publicado no livro *Raízes de Ipê*, Nério Mondadori Letti (2012, p. 693-694)) comenta que nas árvores de *Pinus* “nem o passarinho faz ninho, e o galho que cai, a palha que desce dos galhos queima o solo, faz uma cama sobre a terra e nada cresce. Expele uma resina que queima o solo”. O autor relata ainda que o solo em torno do plantio de *Pinus* causa espanto, segundo ele “não tem adubo natural, aquela palha não apodrece e não vira adubo e não permite o plantio de nada. Fica um solo escuro, úmido e infértil”.

As transformações nas paisagens a partir do cultivo do *pinus*, também foi evidenciado por Cabral um viajante militar, natural de Porto Alegre, que passou pelo município por volta de 1930, segundo sua descrição “A própria região tinha profundas diferenças: os campos eram bordados de capões de puro pinheiro e árvores seculares, redondas, ornamentando a vastidão do campo. Era linda a paisagem toda, ainda natural, sem os artifícios dos eucaliptos e dos *pinus* cultivados” (Cabral, 1933, p. 25). De acordo com Fontana, Repenning e Rovedder (2009), as plantações de *Pinus* representam um dos problemas mais graves quanto a preservação da avifauna e uma ameaça concreta a extinção desse ecossistema, considerando que:

Todas as 16 espécies de aves do campo ameaçadas de extinção e compiladas para os Campos de Cima da Serra são ameaçadas pelas plantações de *pinus*. A silvicultura, se comparada a outras práticas agrícolas é ainda mais devastadora na região, pois os plantios são estabelecidos mesmo em áreas onde a agricultura convencional é impraticável [...], em locais que poderia servir de refúgio para a avifauna mais associada ao campo (Fontana, Repenning e Rovedder 2009, p. 184).

Os autores consideram ainda que “o corte seletivo de espécies de madeira nobre descaracteriza as formações vegetais e diminui a diversidade de aves” (Fontana, Repenning, Rovedder, 2009, p. 184). Além de dificultar a existência de lugares para construção de ninhos e busca de alimentos. Sobre o cultivo de eucalipto, outra espécie usual nos processos de reflorestamento no sul do Brasil, Bertê (2004, p. 73) evidencia que “a bibliografia mundial indica que a monocultura florestal do eucalipto especialmente causa erosão e degradação do solo além da alteração no regime hídrico dos aquíferos superficiais e subsuperficiais”.

Com a escassez de recursos florestais para a exploração madeireira

e os consequentes espaços abertos, as novas possibilidades de ocupação do solo trouxeram novas perspectivas para a ampliação das atividades agrícolas. Entre os destaques de cultivados que se inseriam nas novas perspectivas econômicas figuravam o plantio de frutíferas, entre as quais a maçã que vinha se destacando por merecer espaço no mercado comercial por sua grande receptividade pelo público consumidor. Klanovicz (2007, p. 38) ressalta que “A partir da década de 1970, o regime acelerado de plantio de pomares transformou espaços naturais — com maior agressividade em Fraiburgo e em Vacaria, e com menor, porém não menos importante em São Joaquim” (Klanovicz, 2007, p.38).

Atualmente o município de Vacaria tem como um de seus principais pilares econômicos o cultivo da maçã, que reúne trabalhadores de diversas localidades, que buscam na época de colheita uma fonte de renda. A criação de pomares na região teve início por volta de 1973, de acordo a revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976, onde encontramos a seguinte informação “Cronologicamente a fruticultura em Vacaria nasceu em 1973, com o plantio de 22 variedades, que tinham apresentado bons resultados de cultivo e comércio em Fraiburgo; Santa Catarina”. Diversos experimentos foram realizados para garantir que a produtividade na região seria adequada. A revista Vacaria dos Rodeios, publicada em 1976 salienta que a maçã “é a fruta de clima temperado mais produzida no mundo, sendo bem aceita e consumida”, o que justifica a escolha da frutífera como investimento que já estaria atraindo grupos nacionais e estrangeiros.

As comunidades que residem em locais próximos aos pomares, ou mesmo os trabalhadores que moram em seu interior precisaram habituar-se com as dinâmicas de produção e as rotinas que incluem estar diretamente próximo a produtos tóxicos. De modo que, os danos causados a saúde das populações locais e os sérios problemas ambientais que afetam as áreas de cultivo são consequências diretas de uma atividade econômica que transformou fortemente as paisagens dos Campos de Cima da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as características das paisagens do antigo território de Vacaria entre o século XIX e XX através de descrições encontradas nos autos de Registros Paroquiais de Terras, escritos em 1854, inventários *post-mortem*, medições de propriedade e imprensa local. Evidenciamos através dos estudos que as transformações nas paisagens se intensificam a partir do processo de exploração da madeira, inserção de animais e plantas exóticas.

Nos Campos de Cima da Serra, durante o século XIX predominavam as grandes fazendas pecuaristas que baseavam-se no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis para criação de gado. As áreas de cultivo estavam localizadas próximo as fontes de recursos hídricos, com destaque para os rios das Antas e Pelotas, onde também foram introduzidos o plantio de árvores exóticas como a laranjeira e o pessegueiro. A extração da araucária pode ser evidenciada através dos autos de inventário *post-mortem* onde encontramos a descrição de móveis de pinho e também de tábuas que foram calculadas com valor por unidade. A imprensa local buscou divulgar informações a respeito das iniciativas de reflorestamento e cuidados ambientais, no entanto, não havia uma concepção correta quanto aos prejuízos causados ao meio ambiente associados a perda da biodiversidade.

Nesse sentido, ressaltamos a importância dos estudos ambientais para compreender as interações entre as sociedades humanas e os espaços ocupados. A análise das transformações das paisagens permite ao historiador evidenciar o modo como os grupos humanos se apropriaram dos recursos naturais, criando possibilidades de subsistência e geração de renda, além de demonstrar os impactos ambientais resultantes desse processo.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

AÇÃO DE MEDIÇÃO, demarcação e divisão da fazenda denominada São João. Cecílio Baptista de Almeida; Josefa Borges e outros. N°: 3768. Maço: 111. Ano: 1899. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

AÇÃO DE MEDIÇÃO da fazenda Paschoal. Autor: Antônio Manoel Velho. Confinantes: Balbina Ignácia Vieira, Tristão de Oliveira Godoy, Venâncio Alves Paim e outros. Autos: 430. Maço: 13. Estante: 384. Ano: 1907. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

MEMORIAL da fazenda São João. Cecílio Baptista de Almeida; Josefa Borges e outros. N°: 3768. Maço: 111. Ano: 1900. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Felisberto Telles de Souza. Autos n°: 324. Maço: 09. Inventariante: Ignácia Pereira de Jesus. Ano: 1890. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Fidélis José Ramos; Ano: 1894. Autos n°: 11. Maço n° 01. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório da Provedoria. Inventariante: Manoel Baptista Pereira Bueno. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do

Sul (APERS).

INVENTÁRIO Ignácia Pereira de Jesus. Ano: 1890. Autos nº: 325. Maço: 9. Francisco Teles de Souza. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO José Joaquim Ferreira/ 1872 (1º e 2º volumes). Ano: 1872. Autos nº: 90. Estante: 119. Maço: 3. Inventariante: Luiz Jacintho Ferreira. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Luiz Jacintho Ferreira. Ano: 1896. Autos nº 416. Maço nº 11. Estante: 38 e/c. Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariante: João Antônio Jacques. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

INVENTÁRIO Virgolina Roiz Borges. Autos nº: 316. Maço nº: 09. Inventariante: Jeremias Borges Vieira. Ano: 1889. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS. Vacaria. 1854. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

TESTAMENTO. Ano: 1877. Autos nº 35. Estante: 119. Cartório da Provedoria. Testador: Ana Joaquina Dutra. Testamenteiro: Antônio Francisco Rodrigues. Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Arquivo do Judiciário do Rio Grande do Sul

INVENTÁRIO de Marcos Flores Noronha Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

Imprensa

CORREIO VACARIENSE, Jornal. Acervo do Arquivo Municipal de Vacaria – Rio Grande do Sul/ Brasil. Exemplares publicados entre 1981 a 1995 (versão impressa). ELLIOTTII, *Lucratividade Garantida*. Correio Vacariense, 20 dez. de 1889.

REVISTA Vacaria dos Rodeios, 1976, p. 56.

REVISTA, A Grande. Ano 1. Vacaria dos Rodeios e dos Pomares Bela Ischia Frutas. Produção Firmo Carneiro, dezembro de 1984.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Emília Borges; TONIETTO, Jorge. *Condições meteorológicas e sua influência na safra vitícola de 2017 em regiões produtoras de vinhos finos do Sul do Brasil*. Comunicado técnico 201. Bento Gonçalves: Embrapa uva e vinho, set. 2017. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1076517/1/ComunicadoTecnico201.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- AB' SABER. Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2021.
- AUSDAL, Shawn; WILCOX, Roberto. *No rastro das patas: a pecuária e a transformação das paisagens*. In: LEAL, Claudia, PÁDUA, José Augusto, SOLURI, John (org.). *Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe*. RCC Perspectives, 2013.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens americanas: imagens e representações do Wilderness*, 1998. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6315/O>. Acesso em 16 out. 2022.
- BEHLING, Hermann (et al). *Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio*. In: PILLAR, Valério de Patta (et al). *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- BERTÊ, Ana Maria de Aveline. *Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação*. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOND-BUCKUP, Georgina (org.). *Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- CABRAL, H.B. *A vila de Vacaria em 1933*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1988.
- CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR (1950 a 1980)*. Dissertação de mestrado. UFFS, 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CORRÊA, Dora Shellard. *História ambiental e a paisagem*. Belo Horizonte, Centro Universitário da FIEO (UNIFIEO), volume II, nº 1, set. 2012 – fev. 2013, p. 47-69.

- DAMIANI, Hermes; DAMIANI, Márcio. *Serraria Damiani*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Schwarcz, 2021.
- FONTANA; Carla Suertegaray; REPENNING, Márcio; ROVEDDER, Cristiano Eidt. Fauna Terrestre: Aves. In: BOLDRINI, Ilsi Iob (org.) *Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias*. Brasília: MMA, 2009.
- GIRON, Loraine Slopem. Grandes campos – Muitos Povos: Lusos Afro-Brasileiros e Italianos na formação de Ipê. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009.
- LETTI, Nério Mondadori. *Economia de Ipê: Serrarias*. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.
- KLANOVICZ, JÓ. *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no Sul do Brasil (1960-1990)*. Florianópolis/SC, 2007. 311p. Tese (doutorado em história) - Programa de pós-graduação em história, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- NODARI, Eunice Sueli. Florestas com Araucárias: uma história do Antropoceno. In: NODARI, Eunice Sueli (et al). *Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- PINTO, Lourdes de Noronha. *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafic Offser, 1989.
- PINTO, Lourdes Noronha de. *Europa nos anos dourados: diário de uma viagem ao velho mundo nos anos 50*. Porto Alegre: Grafic Offser, 1990.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni. *Subindo a Serra: migrações, indústria madeireira e as transformações da paisagem nos Campos de Altitude no Rio Grande do Sul (1890-1970)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2015.
- ROSSI, Esther Mayara Zamboni; MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. *Paisagem e memória: a transformação dos Campos de Altitude*

no Rio Grande do Sul, século XX. Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340073962_ARQUIVO_Textocompleto.pdf. Acesso em 07 nov. 2024.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. *Campos de Altitude no Rio Grande do Sul: migrações, indústria madeireira e meio ambiente*. Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: Labimha, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; FUJIMOTO, Nina Simone Vilaverde Moura. Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Recebido em: 27/02/2025

Aceito em: 07/11/2025